

NO RECATO DA INTIMIDADE

REFLEXÕES SOBRE A MULHER E A FAMÍLIA BURGUESA NO

BROTAR DO SÉCULO XX

Larissa Cerezer

Graduanda de História da Universidade do Estado de Santa Catarina

E-mail: lalicerezer@hotmail.com

RESUMO: A legislação republicana, a partir de 1890, interferiu no planejamento de novas residências e no uso, ou habitabilidade, das velhas construções. Investia-se, e muito, na modernização dos centros urbanos, através das práticas burguesas, que visavam o embelezamento e o saneamento dessas cidades. Havia uma grande preocupação em moralizar as práticas por meio dos novos discursos que vinham, principalmente, legitimados na figura do médico-higienista que não só projetava remodelar as cidades, mas também civilizar a população curando suas doenças e vícios – adquiridas nas ruas, que serão consideradas perigosas para os “bons cidadãos” os quais deveriam se resguardar dentro de suas casas aburguesadas, dentro do seu privado. É a partir dessa análise que pretendo, nesse artigo, produzir uma reflexão sobre as práticas de planejamento urbano e uso das residências no final do século XIX partindo do papel da mulher e da família dentro dessa sociedade onde os padrões de civilidade eram tão caros, pois, cabia as mulheres o papel de “rainha do lar”, que, através do contato com essas novas práticas higienistas em torno da civilidade estariam aptas a disseminá-las por meio da educação dos seus filhos, visando torná-los “cidadãos do futuro”.

PALAVRAS-CHAVE: República. Mulher. Civilização.

IN THE PLACE OF INTIMACY

QUESTIONS ABOUT THE WOMAN AND THE BOURGEOIS FAMILY

IN THE BEGINNING OF THE XX^o CENTURY

ABSTRACT: The republican legislation, after 1890, intervened in the planning of new residences and in the use, or habitability, of the old constructions. A large amount of effort was invested in the modernization of the urban centers, through bourgeois practices, that looked after the beautifying and the sanitation of these cities. There was a great concern in moralizing the practices by new speeches that came, mainly, legitimized by the figure of the doctor-hygienist, who not only projected to remodel the cities, but also to civilize the population curing its illnesses and vices - acquired in the streets, that would be considered dangerous for the “good citizens”, which should take shelter inside their bourgeois houses, in a private space. In this article I intend to reflect upon the urban planning practices and the use of residences in the end of 19th century, focusing the family and the role of women, as responsible for the dissemination of the hygienist and civility practices through the education of children, aiming to mold them into “future citizens”.

KEYWORDS: Republic. Woman. Civilization.

*Ser mulher é ser quase integralmente
mãe dedicada e atenciosa,
um ideal que só pode ser*

plenamente atingido dentro da esfera da família 'burguesa e higienizada' (D'INCAO, 1997, p. 229).

Muitas mudanças ocorreram na sociedade brasileira do final do século XIX. A Proclamação da República, junto com várias transformações nas políticas públicas e privadas, pretendeu (re)estruturar uma sociedade que era fortemente marcada por vários símbolos considerados, para essa nova época, como incivilizadas e atrasadas, as quais vinham ao encontro dos novos padrões sociais de urbanização e progresso daquele final do novecentos. Contudo, segundo Rosângela Cherem, “as mudanças eram, portanto, privilégio daqueles que conseguiam se colocar mais próximos do poder” (2001, p. 331), uma vez que todas as transformações planejadas primavam por uma sociedade nada igualitária e democrática, excluindo ainda mais aqueles que estivessem distantes do poder e da “voz pública”. E para isso, além da construção de uma sociedade dentro dos ideais de progresso e civilização, feita, principalmente, através do discurso médico-higienista, era necessário a criação de um agente disseminador dessas práticas, ao qual coube a responsabilidade de, através da educação, gerar indivíduos preparados para assumirem e a partilharem das novas práticas pretendidas nesse contexto. E é a partir da reflexão desse novo papel social, direcionado à mulher, de disseminadora das práticas burguesas no âmbito familiar em torno da civilidade da educação, que construirei este artigo, com vistas ao embelezamento e ao saneamento das cidades na virada do século XIX para o século XX.

A construção da República, como um sinônimo de progresso e civilidade, trazia o discurso de que através de várias práticas sociais, de novas políticas públicas, haveria uma melhoria nas condições de vida no perímetro urbano: questões como saneamento, práticas médico-higienistas, noções pautadas fortemente na ciência e no desenvolvimento das cidades, no estabelecimento de uma ordem urbana e em um modelo de família burguesa (em contrapartida a família patriarcal como resquício de uma ordem colonial). Essas formas estavam entre as mais defendidas pelas elites regionais, numa tentativa de criar uma sociedade brasileira pautada nos padrões sociais e de conduta individual “à européia”, uma vez que essas idéias eram trazidas por essa mesma elite, na tentativa de desmistificar uma sociedade brasileira que não cabia mais no Brasil e no seu tempo. Pretendia-se apagar as marcas deixadas pelo Império, principalmente em relação à escravidão ainda vivida fortemente no Brasil até o século XIX.

Dentro de todo esse discurso de embelezamento e cura das cidades, a noção de família burguesa como principal símbolo das novas sociabilidades políticas e sociais nesse período de ruptura, é a que mais me chama atenção, principalmente naquilo que se relaciona ao papel da mulher burguesa como peça fundamental para a consolidação dessa nova ordem. À mulher burguesa coube vários papéis sociais de destaque dentro dessa família e dessa nova sociedade, e são esses papéis, de “rainha do lar”, de educadora, de benemérita e de mãe¹, e mais ainda o permeio dessa discussão com a (re)modelação das práticas do público e do privado. Cabe aqui, ressaltar o que seria, mais precisamente, essa família burguesa², como ela se compunha, quem a compunha e em quais fatores ela se diferenciava da família patriarcal, relatada no clássico livro, *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre³.

Podemos começar pensando as transformações ocorridas na sociedade brasileira do século XIX. Com a consolidação do capitalismo e a ascensão da burguesia, novas práticas de sociabilidade e de mentalidades afloravam reorganizando das vivências familiares e domésticas. É evidente em Rago (1997), e em tantos outros autores, que há um deslocamento das sociabilidades da esfera pública para a privada a qual estava sofrendo essas transformações burguesas. A cidade estava sendo modificada e era necessário que as condutas seguissem essa modificação, visto que as ruas não eram mais, nesse momento, consideradas um local seguro e sadio para “bons cidadãos” circularem sem restrições. “Bom cidadãos” esses que serão formados dentro dessa nova sociedade e, portanto, vão ser educados pela moral e conduta burguesa, que será uma forte preocupação das mulheres enquanto boas mães e mulheres de homens públicos – esses que participarão ativamente das atividades políticas e sociais dessa sociedade e é através da família, bem estruturada, que garantirão o respeito e a dignidade dentro dela. Segundo Vanderlei Machado, “o homem público era visto como um modelo de masculinidade, devendo ser imitado por aqueles que desejassem galgar postos públicos, eletivos ou não, e serem visto como civilizados” (2001, p. 93). Com isso, o homem

¹ Refiro-me aqui, principalmente, ao sentimento de amor materno, que também é disseminado nessa época. Ver: OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro. Cap. 8. In: BRANCHER, Ana Alice; AREND, Silvia Maria Fávero. *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

² A família nuclear burguesa, nascida com burguesia no século XVIII e transformada ao longo dos séculos, caracteriza-se, em grande medida, por um conjunto de valores, entre eles o amor entre os cônjuges, a maternidade, o cultivo da mãe como um ser especial e do pai como um ser responsável pelo bem estar e educação dos filhos. Para uma discussão mais aprofundada ver: D’INCAO, Maria Ângela. *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

³ A família colonial, por sua vez, constituir-se-ia sob forte domínio patriarcal enquanto grupo hierarquicamente organizado, formado pelo patriarca, sua mulher, concubinas e vasta rede de parentescos mantidos por laços de sangue e/ou compadrio num complexo sistema de obrigações e lealdades segundo uma relação de dominação – branco, homem, adulto. Para uma discussão mais aprofundada ver: FUKUI, Lia Freitas Garcia. *Estudos e pesquisas sobre a família no Brasil*. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, n° 10, 1980.

público, além de ostentar uma postura de civilizado, como homem de sociedade, construía sua imagem determinada pelos seus interesses pessoais e políticos, diferenciando-se, assim, ainda mais dos grupos que eram marginalizados desse processo, que não acompanhavam esse novo ideal burguês de vida, que iriam acabar degenerando essa nova sociedade. Junto a isso, então a figura da nova mulher: uma mulher cuja função principal é cuidar do íntimo, do “lar”, dos filhos (futuros “homens públicos”) e, em especial, da imagem do marido.

Até o início do século XIX, a vida urbana praticamente inexistia no Brasil. O estilo de vida agrário do país, escravista, pouco industrializado, comandado por patriarcas regionais, foi sendo remodelado aos padrões europeus, excluindo certas práticas que, depois da mudança de regime, passaram a ser a vergonha do país, principalmente a escravidão, uma vez que as idéias liberais entravam com todo vapor nos discursos dessa nova elite. A cidade, que era pouco habitada, precisava ser atraente, limpa, controlada. A vida burguesa reorganiza as vivências domésticas e exclui aqueles que não têm condições de acompanhar esse “desenvolvimento” através de ações intervencionistas dos estados, pois a visão de mundo urbano almejada pela República, era uma visão das elites e para as elites. Em Hermetes Reis de Araújo (1980), o pobre aparece como sendo, em emergência, o problema sanitário que precisa ser deslocado, saneado, junto com os vícios da cidade. Diante disso, a criação de um ambiente sadio de convivência e de um sólido ambiente familiar, o qual vai resguardá-la, vai trazer para o privado uma série de práticas, que vão fazer das casas não só um ambiente de convívio doméstico, mas, também, de convívio político. A essas casas serão oferecidos produtos para o embelezamento dos domicílios e incorporação dos hábitos e gostos civilizados (tanto no exterior quanto no interior da casa), aos moldes europeus e burgueses, como utensílios, mobílias, cômodos diferenciados, que ganharão uma importância ímpar na formação dessa família burguesa e que antes não fazia qualquer sentido às sociedades e que serão fundamentais para a valorização desse espaço e para a recepção das elites em reuniões (quase sempre para discutirem política, mas também familiares), jogatinas e bailes burgueses oferecidos no privado, dando confirmação ao *status* superior através do consumo de determinados objetos e também alimentos. De acordo com Maria D’Incao, “o desenvolvimento das cidades e da vida burguesa no século XIX influenciou na disposição do espaço no interior da residência, tornando-a mais aconchegante; deixou mais claro os limites do convívio e as distâncias sociais entre a nova classe e o povo (...) marcado pela valorização da intimidade” (1997, p. 228). O “ser civilizado” passa a ser ensinado no interior dessas casas, pelas mulheres burguesas – será também muito disseminado pela imprensa e pela Igreja –, o qual caracteriza, segundo Norbert Elias, atitudes e comportamentos que são socialmente

aceitos (como verdadeiros) e estão “ligados a normas de conduta que regulam as principais situações da vida social e de convívio” (1994, p. 72-73, parênteses meu).

Serão essas mulheres burguesas quem irão administrar essas casas burguesas, pois seus maridos estarão muito ocupados com o discurso da ordem e com a construção dessa elite urbana, qual seu papel dentro dessa nova sociedade (elemento de diferenciação). Não cabe mais a essa mulher, a essa casa comportar uma criadagem, típica das famílias patriarcais: constituirá, a família burguesa apenas o pai/marido, a mãe/esposa e os filhos, e somente essa mãe/esposa que irá governar essa casa, uma vez que os próprios utensílios domésticos vêm pra facilitar a vida urbana e, logo, tornar dispensável a criadagem, que também será visto como sinônimo de incivilização. Com o forte investimento da elite burguesa na constituição de práticas de gênero distintas para essa sociedade, a restrição dos ambientes de sociabilidades para as mulheres e crianças ficará, basicamente, reservado ao âmbito privado das relações. A essa mulher, além da principal função de “governanta do lar”, serão cobradas dos deveres de reprodução social das práticas e esses deveres serão (re)significados de sentimentos tais como o amor materno – que condenou práticas como a roda dos expostos – e o amor romântico.

Para quem morasse na cidade, nesse período, eram obrigadas essas normas e condutas burguesas citadas acima, principalmente porque os antigos hábitos de sociabilidade, que antes eram praticados tranquilamente nas ruas, estavam condenados e muitas vezes eram ridicularizadas. Além disto, a mulher burguesa deveria controlar a casa e os filhos, bem como o marido. Não que esse deixasse de ter o principal papel dentro da família, mas também deveria passar pelos processos de aprendizagem das formas civilizadas de agir e adquirir hábitos que condissessem a sua posição privilegiada dentro da sociedade como “homem público”. E essa mulher também precisará acompanhar essa figura política nas solenidades e demais encontros sociais realizados no privado, e para isso, precisará ostentar uma imagem de luxo e civilidade em roupas e objetos que lhe distinguiriam enquanto mulher burguesa. São comuns as associações, clubes e círculos liderados por “senhoras da sociedade”, portadoras de algum *status* – e geralmente esposa dos “homens públicos” – para a realização de caridade e auxílio aos necessitados, nos quais se preocupavam com as questões religiosas, mas também do político e da ordem pública. Também comuns serão as notas de jornal convidando para reuniões ou festas de caridade promovida por essas mulheres da elite, as quais formarão uma imagem, tal qual a dos maridos, de honra e honestidade, submetendo-se à avaliação e opinião dos “outros”. Deveria marcar presença em certos acontecimentos da vida social, mas era constantemente vigiada senão pelo marido, pelo pai. “Sua conduta era também submetida aos

olhares atentos da sociedade”, explica D’Incao (1997, p. 228), na qual deveriam se comportar exemplarmente e se portar de maneira educada. Ainda segundo a autora,

(...) num certo sentido, os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas do seu grupo de convívio, (...) embora a autoridade familiar se mantivesse nas mãos masculinas, do pai ou do marido. Esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas (e serviçais) cuidavam da imagem do homem público; esse homem aparentemente autônomo, envolto em questões de política e economia, estava na verdade rodeado por um conjunto de mulheres das quais esperava que o ajudassem a manter sua posição social (op.cit., p. 229-230).

Além da questão de higiene doméstica – dentro dos padrões de comportamento, de conduta pública e privada –, vai haver uma preocupação em construir uma civilidade “universal”, em medicar os vícios da sociedade brasileira. Percebia-se grande desordem sanitária nas cidades e, dentro da idéia de aburguesamento urbano, precisava-se aprender a viver na cidade. A despreocupação com a imagem dessa cidade, principalmente com a questão dos cheiros, do viver em ambientes considerados insalubres, com pouca luminosidade e arejamento – poluído demais para a constituição de uma família saudável –, incomodará as que estarão voltadas aos padrões europeus de civilidade, como já foi mencionado, e essa elite partirá a projetar um embelezamento, um progresso burguês que, sobretudo, através do poder médico, desautorizava todos os saberes antigos fortemente enraizados nos meios populares além da imposição de determinadas regras universais de conduta para a população que resistia muita as novas práticas de intervenção do Estado (RAGO, 1997, p. 128). Inclusive, educação moral e profissional das elites brasileiras, no começo do século XX, disseminava quase que exclusivamente a idéia da eugenia para “limpar” a população, preocupados com a possível formação de uma sociedade degenerada que viesse a extinguir a nação, uma vez que, só através de casamentos entre pessoas sadias é que poderiam nascer herdeiros sadios e legítimos, com os quais melhoraria a raça⁴. Logo, procura-se evitar a procriação malsã por meio da intervenção direta do Estado e dos discursos e práticas médicas nessa população, dividindo ela, em “maus” ou “bons”, para que os “maus”, internados em casas de regeneração (pois só a medicina poderia tratá-los e curá-los), reproduzindo-se entre si, viessem a se extinguirem sozinhos – discurso esse pautado nas teorias darwinistas de seleção natural. A rua vira sinônimo de ‘a grande escola do mal’, espaço público por excelência de disseminação de desrespeitos, vícios e crimes, onde se gerariam os futuros delinquentes e criminosos

⁴ Para uma discussão mais elaborada ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

irrecuperáveis (RAGO, 1997, p. 121). Os cuidados e a supervisão da mãe passam a ser muito valorizados dentro desse contexto. De acordo com D’Incao, “ganha força a idéia de que é muito importante que as próprias mães cuidem da primeira educação dos filhos e não os deixem simplesmente soltos ou sob os cuidados das amas, negras ou ‘estranhos’, ‘moleques’ de rua” (1997, p. 229).

A Igreja, tal qual o Estado, vai fortemente fiscalizar esses indivíduos sociais investindo no mercado do casamento, por exemplo, para manter e/ou implementar dentro da idéia de família nuclear burguesa, todo um ideal de amor materno e amor romântico, correlato à construção de uma nova representação da mulher como ‘guardiã do lar’, responsável pela tarefa social de constituir “uma raça forte, disposta às conquistas e vitórias para a felicidade da pátria” (RAGO, 1997, p. 131), que pretenderá essa mulher nessa rede de controle de moralidade para delimitar quem poderia morar nessa cidade ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefinindo o papel feminino dentro do espaço doméstico (e de imagem pública também). O ‘educar’ da mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família, dentro do discurso médico, considerada base moral da sociedade, além de controlar as condutas e os corpos dentro e fora da casa – busca do Estado em criar cidadãos que, através desses discursos moralizantes, auto governem-se e, inclusive, polície o ‘outro’ –, vinha também em relação ao seu controle, do combate ao ócio, o qual sugeria que as mulheres ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos, além disso, é nesse período que há um incentivo à absorção das novelas românticas e sentimentais dos folhetins para serem consumidas “entre um bordado e outro” (D’INCAO, 1997, p. 229).

Finalizo, aqui, retomando, então, a questão que permeia as “variações” nas estruturas das famílias brasileiras, de patriarcal para nuclear burguesa, deixando uma questão: ponderando que o modelo “família burguesa” seria uma “transformação” no sistema familiar brasileiro vigente, não seria aquela uma reprodução dessa família, da família patriarcal, só que em outro lugar social, neste caso do perímetro rural para o urbano, pautados nas relações de poder e de gênero – sem negligenciar, pois, as especificidades do tempo presente em que está inserida essa discussão? Não devemos esquecer, pois, que, embora os modelos familiares possuam uma série de semelhanças, é evidente que as configurações sociais, econômicas, políticas, culturais do lugar onde falamos são peculiares para o momento. A mulher, dentro da família burguesa, assume outras responsabilidades pautáveis ao modelo de civilidade e de urbanidade presentes na época, principalmente porque, no discurso, tentava-se distanciar, ao máximo, as práticas urbanas das rurais, e com essa “ascensão” da mulher houve uma reconfiguração nas sociedades. O homem burguês não deixa de ser o provedor da casa, o pai,

mas dividirá com sua mulher alguns compromissos sociais e também políticos tais como assegurar a base da família sólida e, através de uma forte educação, passar uma imagem de civilização e controle de si, pois, uma vez que assumisse suas responsabilidades familiares, como bom esposo, bom pai (bem cuidadas pela sua esposa), seria , enquanto homem público, responsável com seus compromissos com os “cidadãos do povo”.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. Cap. I. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 1980.

ARIES, Philippe; DUBY, Georges (dir.); PERROT, Michelle (org.). *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CHEREM, Rosângela Miranda. Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina. Cap. 11. In: BRANCHER, Ana Alice; AREND, Sílvia Maria Fávero. *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001, p. 297-344.

COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lília Moritz. *1890-1914: No tempo das certezas*. SOUZA, Laura Mello e; SCHWARCZ, Lília Moritz (coord.). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 223-240.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. A medicalização do sexo ou o amor perfeito. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. (orgs.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Ed. Mulheres, Florianópolis, 1999.

MACHADO, Vanderlei. Honra e conduta: em busca da construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850-1894). Cap. 4. In: BRANCHER, Ana Alice; AREND, Sílvia Maria Fávero. *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001, p. 85-104.

NETO ARIAS, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 193-229.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro. Cap. 8. In: BRANCHER, Ana Alice; AREND, Silvia Maria Fávero. *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001, p. 205-230.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Cap. I. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Recebido em: 14/08/2007
Aprovado em: 18/03/2008